

Equivalência tradutória e significação

(Meaning and equivalence in translation)

Álvaro Kasuaki Fujihara¹

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR)

alvaro.fujihara@gmail.com

Abstract: Although the notion of equivalence in translation is extremely controversial, we hardly find a precise definition of it, even in works that take this notion as a basis to define what *translation* is. More than that, the notion of equivalence very often is related to a normative understanding of translation, which makes its productivity in the field of Translation Theory doubtful. Besides, in spite of the lack of precision in the formulations concerning the term *equivalence* in the frameworks or theories that work with this notion, some theoretic trends, as Deconstruction and Functionalism, are categorical in stating the impossibility of there being equivalence in translation. Starting from an essentially semantic perspective and from a framework of model-theoretic semantics, the present work intends to analyze the possibility and the heuristical productivity of a possible understanding of equivalence in translation, that can be useful even for the understanding of what it means *to translate*, taking into account purely descriptive interests.

Key-words: *equivalence; translation theory; model-theoretic semantics; meaning.*

Resumo: Embora a noção de equivalência em tradução seja extremamente controversa, dificilmente encontramos uma definição precisa para ela, mesmo em trabalhos que partem dela para definir o que é *tradução*. Mais do que isso, a noção de equivalência frequentemente aparece relacionada a uma concepção normativa da tradução, o que torna duvidosa sua produtividade no âmbito da Teoria da Tradução. Além disso, não obstante a imprecisão nas formulações acerca do termo *equivalência* em modelos ou teorias em que ele figura, dadas vertentes dos Estudos da Tradução, como a Desconstrução e o Funcionalismo, são categóricas ao afirmar a impossibilidade de haver equivalência em tradução. Partindo de uma perspectiva essencialmente semântica e de um instrumental teórico da semântica da teoria de modelos, o presente trabalho pretende analisar a possibilidade e a produtividade heurística de um possível entendimento de equivalência tradutória, que possa inclusive ser útil para o entendimento do que significa *traduzir*, levando em conta interesses exclusivamente descritivos.

Palavras-chave: *equivalência; teoria da tradução, semântica, teoria de modelos, significação.*

1. Críticas à noção de equivalência e possíveis respostas

1.1. Críticas

Para uma parte considerável da crítica contemporânea, traduzir não é transportar sentenças de uma língua A para uma outra língua B, nem “a substituição de material textual numa língua [fonte] (LF) por material textual equivalente noutra língua [meta] (LM)” (CATFORD, 1980, p. 20), ou encontrar “o equivalente natural mais próximo” (NIDA, 1964, p. 166) – traduzir é um complexo processo de recriação ou re-escritura que transcende a mera troca de códigos lingüísticos. Como aponta Rodrigues (RODRIGUES, 2000, p. 27), não se trata apenas do conceito de equivalência não encontrar uma definição precisa mesmo em autores que partem dele para definir *tradução*, como são exemplos Nida e Catford citados acima – a própria natureza da tradução seria incompatível com a noção de equivalência.

Para teóricos de formação desconstrucionista, a natureza instável e deslizante do signo lingüístico aponta para a impossibilidade de haver a construção de uma *mesma* significação para línguas, ou mesmo indivíduos, diferentes. A interpretação seria essencialmente produtora de sentidos e a tradução, dependente do processo de interpretação, seria uma atividade fundamentada não na *lógica do mesmo*, mas sim na *diferença* – uma tradução é um texto autônomo na língua de chegada e não o original em outra língua (Cf. RODRIGUES, 2000). Além disso, a recusa desconstrucionista à noção de equivalência parece também estar relacionada à recusa do assim chamado *logocentrismo*, identificado com a concepção de interpretação da hermenêutica clássica, em que o hermeneuta adequadamente capacitado seria capaz de apreender a totalidade do sentido de um texto de forma *adequada* (Cf. SCHLEIERMACHER, 1999; STEINER, 2005). Para a vertente desconstrucionista, não há um “todo interpretativo” humanamente apreensível. Assim, indivíduos diferentes partindo de *backgrounds* diferentes apreenderiam, ou melhor, construiriam, interpretações diferentes e, poderíamos dizer, complementares.

Também a vertente funcionalista apresenta uma séria de objeções ao conceito de equivalência. A primeira delas, nas palavras de Nord é que

“não é o texto de partida como tal, ou o seu efeito no receptor do TP, ou a função associada a ele pelo autor, que opera o processo de tradução, como é postulado pela teoria da tradução baseada na equivalência, mas a função pretendida ou o escopo do texto de chegada como determinado pelas necessidades do iniciador”.¹ (NORD, 2005, p. 10)

Para Nord, uma vez que uma tradução pode assumir diferentes formas a depender dos objetivos e da demanda do iniciador, não é possível estabelecer uma relação de um para um entre original e tradução e, portanto, não é possível falar em equivalência. A segunda diz respeito à impossibilidade de duas palavras em línguas diferentes significarem exatamente a mesma coisa. Snell-Hornby cita como exemplo em um capítulo intitulado “A ilusão da equivalência” (*Die Illusion der Äquivalenz*) a própria palavra *Äquivalenz* em contraposição com o inglês *equivalence* (SNELL-HORNBY, 1994, p.14). A autora aponta como diferenças, por exemplo, o fato de que já podemos encontrar registros dicionarizados de usos para a palavra *equivalence* já a partir de 1460, enquanto *Äquivalenz* seria muito mais recente (por volta de 1960). Além disso, os campos de utilização das palavras não seriam exatamente os mesmos – ainda que ambas tenham uma conotação científica marcante, *equivalence* também seria usada na língua comum, contrastando com o termo em alemão.

1.2. Respostas

1.2.1. Biunivocidade da relação de equivalência

Não deveria nos preocupar, a princípio, o fato de que a um mesmo original possam corresponder várias traduções por duas razões. A primeira diz respeito aos

¹ “It is not the source text as such, or its effect on the ST receiver, or the function assigned to it by the author, that operates the translation process, as is postulated by equivalence-based translation theory, but the intended function or skopos of the target text as determined by the initiator’s needs” (minha tradução). O iniciador é, na teoria do escopo, a parte interessada em obter a tradução, a parte responsável pela demanda. Todas as traduções são minhas, exceto indicado contrário.

diversos aspectos que um texto possui, sendo que uma dada tradução pode enfatizar um dado aspecto (ou dados aspectos) em detrimento de outro(s). Assim, em uma tradução de um poema a forma pode eventualmente ser mais relevante que o sentido (embora dificilmente a tradução de um poema possa prescindir do sentido – se assim fosse, qualquer soneto em decassílabos heróicos poderia ser considerado como tradução *e.g.* do poema “O poeta do hediondo”, de Augusto dos Anjos, desde que tivesse o mesmo esquema de rimas). Desse modo, embora seja difícil falar em uma equivalência *plena*, em que duas palavras fossem idênticas em todos os aspectos (o que, por definição é impossível, afinal, duas palavras idênticas em todos os aspectos seriam literalmente *a mesma* palavra), podemos falar em equivalência em diferentes aspectos – semânticos, pragmáticos, rítmicos, etc. Embora a questão da equivalência seja posta centralmente em termos de significação (ainda que a noção de significação normalmente não seja posta de maneira clara, como veremos adiante), assumir diferentes níveis de equivalência ao invés de uma noção de equivalência *plena* significaria relativizar esse conceito. Uma decorrência dessa opção, no entanto, seria a de que poderíamos ter uma palavra equivalente em mais aspectos do que outra, tornando a noção de equivalência uma noção *fuzzy* (ou seja, a aplicação do predicado *equivalente* não seria uma categorização do tipo tudo ou nada, mas uma noção *gradual*). Veremos adiante que temos mais razões para adotar essa postura.

Quanto à questão da não biunivocidade da relação de equivalência (em termos estritamente semânticos), não deveria nos espantar que não tenhamos uma relação biunívoca. Afinal, as línguas naturais não são livres de redundâncias – uma língua pode possuir várias palavras para um mesmo conceito ou entidade, *e.g.* *rapaz*, *cara*, *sujeito*. Não há inclusive uma distinção de registro entre as duas últimas palavras, elas podem ocorrer de forma livre dentro de um mesmo contexto, inclusive em um mesmo falante. De um ponto de vista teórico, não haveria, em princípio, um problema em se admitir que a relação de equivalência não seja biunívoca, desde que possamos estabelecer um critério igualmente rígido para julgar o mérito da relação.

1.2.2. Equivalência e Significação

A questão da significação parece ser central para a compreensão do que significa *traduzir*. No caso da poesia, citado acima, a forma apenas não é suficiente para que consideremos um dado texto como tradução de outro, mas, por outro lado, uma alteração completa da forma do poema ainda permite a identificação de um dado texto como tradução de outro. Assim, não há o menor problema em se referir à “tradução da *Eneida* de Jaime Bruna”, um texto escrito *em prosa*. Mesmo para casos em que a forma tem maior relevância, parece ser necessário que se mantenha, no mínimo, um paralelismo semântico.² Além disso, de acordo com a vertente funcionalista, um texto pode ter um propósito ou função diferente(s) do texto de partida e ainda assim ser considerado uma tradução. A questão da significação parece, portanto, ser de suma

² Um exemplo é a opção de Cardozo do poema de e.e. cummings, que opta por traduzir *snow* por *garoa*, mantendo-se no campo das precipitações atmosféricas. Mais do que isso, embora o termo *snow* seja substituído por *garoa*, a descrição da queda, descrita em ambos os casos como bela, mantém-se. Note-se, contudo, que essa observação diz respeito não à avaliação do aspecto literário ou da qualidade das traduções, mas sim à tentativa de se compreender, de um ponto de vista puramente descritivo, quais critérios estão envolvidos no julgamento de um dado texto como pertinente à tradução.

importância para se entender a natureza da tradução enquanto fenômeno lingüístico.³ Neste trabalho, portanto, quando falarmos em equivalência, estaremos sempre pensando em equivalência em termos de significação. Isso não significa, contudo, que os demais aspectos não sejam relevantes, ou que seja possível tratar de todos os aspectos do fenômeno tradutório abordando apenas a significação, significa apenas que, por questões de recorte, deixaremos de lado essas outras questões e nos concentraremos na significação.

Desse modo, a possibilidade ou impossibilidade de haver equivalência entre duas palavras ou expressões vai estar relacionada com a concepção de significação adotada. Obviamente não há qualquer espaço para noção de equivalência na concepção desconstrucionista de significação. Mais do que isso, não há mesmo espaço para se explicar como é possível que haja um mínimo de entendimento entre falantes, mesmo nos limites de uma língua em comum. Se por um lado a língua é uma entidade dinâmica em constante mudança, essa mudança não pode se dar de modo descontrolado e completamente imprevisível, ou seja, o signo lingüístico pode ser dinâmico, mas parece admitir muito pouca instabilidade. Mesmo a velocidade dessa dinâmica não pode extrapolar certos limites.⁴ Assim, se por um lado a interpretação é dinâmica e produtora de sentidos, por outro ela deve garantir um mínimo de intersubjetividade para que a comunicação possa ocorrer de modo eficaz.

Além disso, parece ser interessante aproveitar a divisão de trabalho entre pragmática e semântica (mais ou menos) estabelecida na lingüística. Uma vez que os limites entre pragmática e semântica são controversos, havendo diferentes propostas para o tratamento da questão, seria interessante discutir e procurar explicitar o que estou entendendo aqui como limite entre as duas áreas. Contudo, essa discussão ficará adiada para outra ocasião. Apenas apontarei alguns fenômenos como sendo pragmáticos ou semânticos, sem dar grandes explicações, equacionando *grosso modo* semântica com composicionalidade. Essa divisão pode ser útil na discussão das diferenças apontadas por Snell-Hornby entre as palavras *Äquivalenz* e *equivalence* – de um ponto de vista semântico, elas teriam basicamente o mesmo significado, enquanto que diferenças de contexto de uso poderiam ser de relevância pragmática. No entanto, essas diferenças podem apenas significar que, embora *Äquivalenz* e *equivalence* sejam semanticamente equivalentes, pragmaticamente a relação de equivalência se estabelece com outros pares, uma vez que não vemos nenhum problema em uma relação não-biunívoca de equivalência.

Quanto aos aspectos históricos, de fato, parece pouco provável que encontremos algum grau de equivalência se os considerarmos e, se os encontrarmos seria de modo meramente fortuito. Não pretendo adentrar essa discussão aqui, uma vez que o foco deste trabalho é outro. Contudo, embora esses aspectos possam eventualmente ser

³ No entanto, a significação pode não desempenhar um papel central em dadas vertentes teóricas preocupadas, por exemplo, com relações de poder envolvidas no ato tradutório, ou com a influência das traduções no desenvolvimento das literaturas nacionais, etc.

⁴ Encontramos um exemplo interessante no RPG *Tormenta* (CASSARO *et alii*, 2001). Nesse RPG, a raça dos halflings (a versão sem direitos autorais dos hobbits) possui uma língua que apenas eles conhecem. Não se trata, contudo, de uma limitação biológica – a questão é que sua língua muda tão rapidamente que qualquer um que se afaste do contato dos halflings por algumas semanas que seja já não mais é capaz de reconhecer o idioma (assim como os hobbits de Tolkien, também os halflings são pouco dados a grandes viagens ou migrações).

relevantes para algum tipo muito específico de texto, essa parece não ser a regra. De fato, o argumento central do estruturalismo para evitar explicações diacrônicas na descrição das línguas era justamente o fato de que, de modo geral, os falantes não estão cientes de aspectos históricos de sua língua.

Embora tenha apontado para algumas possibilidades diferentes de equivalência, o presente trabalho não abordará todas elas. Nosso foco será especificamente o aspecto semântico da questão, tratada a partir de um instrumental da semântica da teoria de modelos.

2. Significação, condições de verdade e teoria de conjuntos

No quadro teórico da semântica da teoria de modelos, poderíamos dizer que duas sentenças têm o mesmo significado se eles possuírem as mesmas condições de verdade. Para verificar se duas sentenças significam a mesma coisa nós traduziríamos então cada uma delas em uma fórmula e compararíamos cada uma delas: se as condições de verdade forem as mesmas, as sentenças serão equivalentes. Contudo, o nome representando, digamos, uma fórmula, seria uma escolha arbitrária - ainda que usualmente costume-se empregar recursos mnemônicos para nomear funções, nossa escolha não poderia dizer muito a respeito da relação entre as duas fórmulas em questão. Assim, afirmar que **corre(a)** e **run(a)**, como traduções para as sentenças “Anna corre” e “*Anna runs*” respectivamente, podem de alguma forma ser tomadas uma pela outra seria uma estipulação arbitrária (assumindo que suas condições de verdade sejam as mesmas).

A semântica da teoria de modelos também não nos diz muito a respeito do significado de itens lexicais, uma vez que no quadro da teoria, a significação é dada integralmente no modelo. Uma alternativa seria considerar as extensões dos significados. Considerando o conjunto representando a extensão de um significado, nós poderíamos dizer que duas palavras seriam equivalentes se os conjuntos-extensão de ambas fossem idênticos. Um tal critério seria uma decisão do tipo tudo ou nada, com duas palavras sendo inteiramente equivalentes ou completamente diferentes. Esse parece ser o caso de palavras como *pássaro* e *bird*: ambos os termos incluem animais como pingüins e avestruzes, mas não morcegos. Uma vez que ambas as palavras são baseadas em conceitos científicos, podemos dizer com bastante segurança que sempre que o termo *pássaro* é aplicável, o termo *bird* também é, e nós poderíamos mesmo especular que mudanças na classificação científica refletiriam também no tipo de criatura que consideramos como pássaros (ou *birds*).

Esse seria o que poderíamos chamar de relação de equivalência no sentido “forte” e talvez não seja a regra. Wierzbicka, citando Heath (HEATH, 1978 *in* WIERZBICKA, 1990, p. 351), apresenta como exemplo a língua australiana Nunggubuyu, em que o termo mais próximo para *bird* também incluiria morcegos, bem como gafanhotos.⁵ Postular equivalência como identidade de extensão resultaria desse modo em descartar essa palavra como equivalente do inglês *bird*. Contudo, essa opção deixaria de capturar o fato de que boa parte dos membros incluídos em cada conjunto coincide. Nós poderíamos desejar capturar essa sobreposição (parcial) dos conjuntos em termos de sua intersecção sendo não-vazia. Algumas conseqüências, no entanto,

⁵ Infelizmente a autora não nos informa qual é essa palavra.

decorreriam dessa opção: a primeira diria respeito à hierarquia de categorias – seria adequado dizer que *animal* e *pássaro* têm o mesmo significado? Afinal, a intersecção entre os conjuntos representando a extensão dos dois termos não seria vazia, seria o próprio conjunto extensão de *pássaro*. Se considerarmos as condições de verdade, teríamos efeitos interessantes, já que “ver um pássaro” acarreta “ver um animal”. O curioso é que essa parece ser uma estratégia válida de tradução – não é incomum traduzir um dado termo por um outro menos especificado, por razões culturais, por exemplo (a chamada hiperonímia, e.g. traduzir “o pão nosso de cada dia nos dai hoje” por “o alimento nosso de cada dia nos dai hoje”, em uma cultura em que o pão não exista ou não seja tão relevante). No entanto, indo adiante no nível de categorização, poderíamos ter “ver um pássaro” acarretando “ver uma coisa”, o que parece muito pouco adequado enquanto tradução. Assim, quanto maior a coincidência dos membros de cada conjunto, mais próximo seria o significado dos termos. Seguindo esse raciocínio, teríamos uma noção *gradual* de equivalência, ou seja, *equivalência* seria uma noção *fuzzy*. Isso nos colocaria fora da teoria clássica de conjuntos, uma vez que o conjunto de pares ordenados de termos equivalentes não seria mais uma questão tudo ou nada, mas sim um conjunto cuja pertinência à categoria teria mais de dois valores (Cf. ZADEH, 1965). A palavra Nunggubuyu para pássaro teria, assim, um valor de equivalência próximo de 1, já que somente gafanhotos e morcegos estariam fora da intersecção.

Uma outra possibilidade de intersecção não-vazia entre conjuntos poderia se dar em uma língua que tivesse uma palavra para pássaros que incluísse morcegos, mas excluísse pingüins, por exemplo. Novamente o grau de equivalência entre essa palavra e a palavra *pássaro* seria próximo de 1, já que somente morcegos e pingüins estariam fora da intersecção. Esse seria o caso também do termo Nunggubuyu para pássaro e da palavra *inseto*, em que nenhum dos conjuntos conteria o outro e a intersecção seria não vazia (o que poderíamos definir em termos de intersecção não vazia e conjunto complemento da intersecção também não vazio), mas nesse caso o grau de equivalência seria próximo de zero, uma vez que apenas gafanhotos estariam incluídos na intersecção dos conjuntos. Assim, quanto maior o grau de sobreposição entre os conjuntos, maior seria o grau de equivalência entre os termos.

Como uma alternativa, nós poderíamos definir equivalência tradutória em termos de expressões e atribuições de condições de verdade, ao invés de nos concentrarmos em palavras e seus significados individuais. Partindo dessa abordagem, nós poderíamos definir equivalência *forte* como equivalência lógica (dois termos são logicamente equivalentes se e somente se eles possuírem o mesmo valor em cada modelo, cf. CARPENTER, 1997, p. 48) – se uma sentença como “eu vi um pássaro” acarreta “*I saw a bird*” e o contrário também é verdadeiro, então podemos dizer que ambas as sentenças tem o mesmo significado. De fato, usando o português como metalinguagem não parece haver problema em afirmar, por exemplo, que “*I saw a bird*” é verdadeiro se e somente se eu vi um pássaro - estaríamos apenas trocando a metalinguagem, empregando uma língua natural ao invés de uma língua lógica, como se costuma fazer.

Uma vez que estabelecer condições de verdade na semântica da teoria de modelos significa traduzir o significado das sentenças na linguagem do cálculo de predicados, poder-se-ia mesmo levantar uma objeção sobre a validade de se tratar a questão da tradução nos termos do modelo escolhido. Contudo, se as fórmulas do

cálculo de predicado são uma tradução das expressões em língua natural, as condições de verdade em si não o são – elas existem independentemente da metalinguagem. O único problema é que não há um meio de falar sobre condições de verdade sem utilizar alguma metalinguagem.

Podemos expressar a noção de hiperonímia em termos de condições de verdade também. Para isso, podemos utilizar a noção de monotonicidade, na forma definida por Carpenter (CARPENTER, 1997, p. 88):

- (1) DEFINIÇÃO: MONOTONICIDADE Uma função α do tipo $(\tau \rightarrow \mathbf{Bool}) \rightarrow \mathbf{Bool}$ é dita *monotonicamente crescente (decrecente)* se e somente se sempre que $\alpha(T) = \mathbf{sim}$ e $T \subseteq T'$ ($T \supseteq T'$), nós tivermos $\alpha(T') = \mathbf{sim}$.

Onde τ seria uma expressão de qualquer tipo.

Essa definição capturaria o fato de que “ver um pássaro” acarreta “ver um animal” e que em alguma medida “*to see a waterfall*” pode traduzir “ver uma cascata” – embora as duas sentenças não signifiquem exatamente a mesma coisa, o seu significado estaria relacionado de alguma maneira.⁶ A definição de monotonicidade crescente pode capturar a noção de hiperonímia na maioria dos casos, mas a negação de sentenças demanda o emprego da definição de monotonicidade decrescente também (já que, *e.g.* “não ver um pássaro” acarreta “não ver um animal”).

A relação de hiponímia, no entanto, não poderia ser completamente definida em termos de monotonicidade decrescente, uma vez que “ver um pássaro” não acarreta “ver um pardal” e, de uma perspectiva lógica, essa estratégia pareceria ser menos adequada. Contudo, certos efeitos de prototypicalidade (que não serão discutidos em detalhe aqui – para uma discussão do conceito de prototypicalidade, ver ROSCH, 1978) podem justificar esse tipo de estratégia: “ver 20 pássaros” pode ser traduzido de maneira muito razoável por “*to see 20 pigeons*”, se estivermos falando, por exemplo, da praça Santos Andrade, em Curitiba – se, é claro, o tradutor tiver alguma razão de ordem mais pragmática para fazê-lo. Além disso, parte daquilo que chamamos hiponímia pode ser capturado pela noção de monotonicidade decrescente, no caso de expressões como “todo peixe nada”, que acarretaria “todo dourado nada”, ou monotonicidade crescente, novamente no caso da negação (*e.g.* “nem todo dourado nada” acarretando “nem todo peixe nada”).

Desse modo, embora não possamos identificar a noção de hiperonímia com a noção de monotonicidade crescente e hiponímia com a de monotonicidade decrescente de forma simétrica, podemos capturar uma relação interessante para a noção de equivalência em tradução, os casos em que teríamos uma equivalência parcial com uma relação adicional de acarretamento.

No caso de divergências na atribuição de valores de verdade sem relações de acarretamento envolvidas, nós poderíamos comparar as atribuições de valores de verdade para estabelecer o grau de equivalência – quanto maior a coincidência, mais equivalentes as sentenças seriam.

⁶ A princípio o termo *waterfall* poderia cobrir igualmente o campo semântico das palavras *cascata*, *cachoeira* e *queda d'água*.

O critério acima delineado é marcadamente extensional e, portanto, teria problemas em tratar de entidades que encontram seus referentes em outros mundos possíveis que não o real, como unicórnios e centauros. O problema óbvio de uma abordagem unicamente extensional seria a embaraçosa afirmação de que expressões como *o atual rei da França*, *Sisíphus* e *the round square* teriam *exatamente* o mesmo significado, *i.e.* seriam equivalentes no sentido *forte*. Esse problema pode ser resolvido se acrescentarmos um componente intensional ao critério apresentado. De acordo com Lewis (LEWIS, 1972, p. 174), podemos entender *intensão* como uma função que toma índices e resulta em referentes. Um dos índices seria mundo possível, o que nos daria diferentes referentes para, *e.g.*, *quimera*, em diferentes mundos possíveis.⁷ Assim, duas expressões seriam equivalentes (no sentido forte) se para cada valor assumido para o índice “mundo possível” nós obtivéssemos uma mesma extensão. Nos termos de Carnap (CARNAP in LEWIS, 1972, p. 182), poderíamos falar em equivalência no sentido forte quando houvesse *isomorfismo intensional*. Assim, poderíamos entender que duas expressões seriam intensionalmente equivalentes se e somente se para cada atribuição de valor de um dado índice elas resultassem em um mesmo referente. Outros índices poderiam nos ajudar a tratar de outras questões inclusive, como pronomes pessoais, anáforas ou dêixis.

Contudo, essa solução tem um problema, como o próprio Lewis aponta: se considerarmos que co-intensionalidade, no sentido dado pelo autor, acarreta identidade de significação, teríamos a desconfortável conclusão de que todas as tautologias teriam o mesmo significado, uma vez que duas tautologias terão sempre a mesma extensão (um valor de verdade positivo) independentemente de qualquer variação dos índices. O problema é embaraçoso, e até o presente não vejo nenhuma saída imediata para ele, que permanece em aberto.

Para verificar equivalência parcial entre expressões, poderíamos controlar a variação dos índices e, uma vez obtida a extensão da expressão, aplicar o critério extensional delineado acima. Assim, poderíamos variar os valores atribuídos a cada índice (tomando o cuidado de atribuir sempre o mesmo valor de um determinado índice a ambas as funções) a fim de verificar o grau de sobreposição dos conjuntos representando a extensão de cada expressão. Essa solução parece bastante atraente, mas um controle mais rígido sobre os efeitos da variação desses índices precisa ser estabelecido, especialmente no que diz respeito ao índice de mundos possíveis, o que deve se dar num desenvolvimento posterior do presente trabalho.

3. Conclusão

O critério aqui apresentado se pretende um critério formal que estabeleça as condições necessárias para que seja o caso que duas expressões ou termos sejam equivalentes. Desse modo, a existência ou não de uma relação de equivalência nos termos expostos acima permanece uma questão empírica. No entanto, parece claro que, de uma perspectiva puramente semântica (*i.e.* deixando de lado questões que parecem ser pragmáticas ou de alguma outra ordem) é mais que plausível aceitar a possibilidade de que duas sentenças tenham o mesmo significado. Trata-se de entender que há sim

⁷ Outros índices incluiriam tempo, lugar, falante, audiência, objetos indicados e discurso prévio. (Cf. LEWIS, 1972, p. 174 - 175)

instabilidade e variabilidade dentro da língua, bem como diferenças inevitáveis, que são mesmo definidoras do que seja tradução (afinal, são as diferenças entre o texto de partida e o texto de chegada que nos permitem distinguí-los e nos referirmos a eles como textos diferentes), mas que sem um mínimo de estabilidade lingüística não seria possível sequer haver comunicação, quanto mais tradução. Se as diferenças são fundamentais, as semelhanças são imprescindíveis para que se estabeleça uma relação tradutória entre dois textos, *i.e.* para que se aponte determinado(s) texto(s) de chegada como tradução de um certo texto e não de outro(s).

Se o presente critério se mostrar funcional, nós poderíamos julgar se uma dada sentença é uma tradução de uma outra ou não. O critério apresentado é puramente semântico e, portanto, poderia dizer apenas que uma dada sentença é uma tradução de uma outra (uma tradução potencial, ou uma tradução efetiva, certas condições sociais tendo sido satisfeitas), mas esse critério não pode nos dizer que uma dada sentença *não* é uma tradução de uma outra, pelo simples fato de que ele não dá conta de variáveis pragmáticas, textuais ou estéticas. Ele não dará conta, por exemplo, do fato de que um provérbio pode ser traduzido por um provérbio “equivalente” em outra língua, nem de qualquer outra forma de significado não composicional, e permanece, portanto, incompleto.

Além disso, a escolha por trabalhar com um instrumental da semântica da teoria de modelos poderia ser criticada, uma vez que apenas sentenças, e não porções maiores de texto, foram discutidas aqui. Contudo, não faz parte dos objetivos do presente trabalho uma descrição detalhada de um *corpus* a ser comparado com suas respectivas traduções, a fim de se avaliar a adequação de uma dada tradução, por exemplo. Esse não é o caso em primeiro lugar porque não estamos interessados na descrição de um *corpus*, mas sim na possibilidade *teórica* de haver equivalência entre diferentes línguas, e na produtividade heurística de um possível conceito de equivalência para explicar o que significa *traduzir*.

A segunda razão é que os objetivos deste trabalho são puramente descritivos e, assim sendo, não estamos interessados em julgar se uma tradução é boa ou ruim, em reafirmar algum “imperativo da fidelidade” ou legislar de alguma forma sobre as opções do tradutor. Não é de modo algum objetivo deste trabalho limitar o espectro de possibilidades de um tradutor no exercício de suas funções. Muito pelo contrário, estamos interessados em explicar o fato de que há um limite entre o que é considerado tradução e aquilo que não o é. Esse limite pode ser colocado mais perto ou mais distante do “centro” daquilo que normalmente se considera *tradução*, um fato que podemos ver claramente quando consideramos diferentes vertentes teóricas no campo dos estudos da tradução, mas isso não muda o fato de que nós ainda precisamos de um limite, ainda que seja um limite vago (*fuzzy*). Há coisas que são claramente traduções e outras que claramente não são, e uma teoria que pretenda explicar a tradução enquanto fenômeno *deve* dar conta desse fato.

Ao final, o conceito proposto para a noção de equivalência parece ter ficado tão distante e tão pouco semelhante àquela monolítica forma da equivalência biunívoca e irrestrita, ainda que jamais definida por ninguém (cf. RODRIGUES, 2000), que se poderia questionar se ainda é possível chamá-la de equivalência e, para cada exemplo que se pudesse encontrar para palavras ou sentenças equivalentes, vários outros contra-exemplos poderiam ser dados. Como resposta a esse possível argumento, poderíamos

responder com o célebre argumento dos analogistas, citado por Varrão, no seu *De Lingua Latina* (VARRÃO, 1999): um anomalista, defensor da tese de que não é possível tratar a língua em termos de regularidades, uma vez que podemos encontrar irregularidades em toda parte, nos perguntaria se seria possível dizer que um etíope é branco só pelo fato de ele ter os dentes brancos. Já um analogista, defensor da tese de que, apesar das irregularidades da língua, é possível tratá-la em termos de suas regularidades nos perguntaria se não seria possível dizer que um homem está de sapatos, só porque os sapatos não estão por todo seu corpo. Essa é a resposta que gostaríamos de dar também a esse possível argumento contra uma noção *relativizada* de equivalência: não estamos aqui afirmando que sempre será possível encontrar equivalência ou que ela será plena em qualquer ocasião – o que estamos afirmando aqui é que podemos encontrar equivalências parciais, ou mesmo plenas em relação a um único um mais aspectos, de modo bastante recorrente e, se for possível dar um tratamento a essas ocorrências, não vemos porque não fazê-lo. E nesse sentido, este trabalho é uma primeira proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARPENTER, Bob. *Type-Logical Semantics*. Cambridge, London: The MIT Press, 1997. 575 p.
- CASSARO, M.; DEL DEBBIO, M; TREVISAN, J.M. & SALADINO, R. *Tormenta*. São Paulo: Daemon Editora, 2001. 203 p.
- CATFORD, John Cunnison. *Uma Teoria Lingüística da Tradução: um ensaio de lingüística aplicada*. (Trad. do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da PUC de Campinas.). São Paulo: Cultrix, 1980. 123 p.
- LEWIS, David. General Semantics. In: HARMAN, G. & DAVIDSON, D. (orgs.) *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972. p. 169-218.
- NIDA, Eugene & TABER, Charles. *The Theory and Practice of Translation*. Brill Publishers: 1969. 218 p.
- NORD, Christiane. *Textanalysis in Translation* (trad. J. Gras Verlag). Amsterdam: Rodopi, 2005. 274 p.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e Diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 237 p.
- ROSCH, Eleanor. Principles of Categorization. In: ROSCH, E. & Lloyd, B. B. (eds.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1978. p. 27-48.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. *Hermenêutica: Arte e técnica da interpretação*. (Trad. De Celso Reni Braidá). Petrópolis: Vozes, 1999. 102 p.
- SNELL-HORNBY, Mary. Übersetzen, Sprache, Kultur. In: _____. *Übersetzungswissenschaft - Eine Neuorientierung. Zur Integrierung von Theorie und Praxis*. Tübingen: Francke, 1986/1994. p. 9-29
- STEINER, George. *Depois de Babel*. (Trad. Carlos Alberto Faraco). Curitiba: Editora da UFPR, 2005. 533p.

VARRÃO, Marcus Terentius. *On the latin language: books V- X*. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1999.

WIERZBICKA, Anna. “Prototypes Save”: on the uses and abuses of the notion of “prototype” in linguistics and related fields. In SAVAS, L. T(ed.). *Meanings and Prototypes: Studies in Linguistic Categorization*. London: Rutledge, 1990. p. 347-367

ZADEH, Lotfi. Fuzzy Sets. *Information and Control*. Elsevier, v.8, n. 2, 1965. p. 338-353.

